

22 NOV 1988

O Congresso assumirá suas novas responsabilidades?

JORNAL DA TARDE

Passado o período eleitoral, o Congresso Nacional, por suas principais lideranças, promete voltar a funcionar a partir de hoje, em regime de esforço concentrado, para limpar uma pauta de votações em que se acumulam projetos apresentados desde o início do ano. Deputados e senadores não se reúnem desde o dia 22 de setembro, quando foi votado o texto definitivo da nova Constituição brasileira. Antes, eles estiveram cuidando apenas da discussão e votação desse texto e, com isso, deixaram relegadas a um segundo plano suas funções de legisladores ordinários. Tal disposição, até a promulgação da nova Carta, não emperrou muito o funcionamento das instituições governamentais e do sistema econômico porque, bem ou mal, o Executivo dispunha de outros instrumentos para agir, independentemente da aprovação legislativa.

Agora, no entanto, a situação mudou completamente. As funções legislativas ganharam extraordinária importância com a nova Constituição. Os deputados e senadores que saíram de Brasília no final de setembro, para participar da campanha eleitoral, eram muito menos poderosos do que esses mesmos deputados e senadores que prometem retomar suas atividades a partir de hoje. O texto constitucional deslocou o eixo do poder político e econômico no Brasil, até então nas mãos do Executivo, para as mãos dos legislativos. Com a nova Constituição, os governos, em suas três instâncias — federal, estadual e municipal —, passam a ser, de fato, meros executores das decisões aprovadas pelas câmaras legislativas.

Portanto, é com seu grau de responsabilidade várias vezes multiplicado que deputados e senadores voltam à Capital da República. Não é mais possível admitir os longos recessos brancos que o Congresso Nacional costumava outorgar-se com alguma frequência, as constantes gazetas, os fins de semana prolongados: se isso continuar acontecendo, o país pode parar. A decisão de transferir parte dos imensos poderes que o Executivo tinha para o Legislativo, em termos teóricos, é absolutamente correta. Mas os deputados e senadores precisam mostrar que estão à altura dessas novas responsabilidades.

Responsabilidades que, neste momento, nos vinte e quatro dias que faltam para o recesso constitucional de fim de ano, são ainda maiores. Os parlamentares têm duas tarefas urgentes pela frente que não podem, de forma alguma, ser proteladas. De um lado é preparar a legislação ordinária e complementar que irá definir e tornar aplicáveis os novos direitos e deveres contidos na nova Carta Magna. Na verdade, esse é um trabalho que deveria ter começado no dia seguinte à promulgação da Constituição, tais os problemas que a falta de regulamentação de algumas normas já vem causando. Nada mais ilustrativo do que as dificuldades que o governo federal vem enfrentando para tratar as greves nos serviços públicos em função da inexistência de uma lei que "regulamente" as paralisações nos serviços essenciais. (A nova Constituição não prevê qualquer limitação ao direito de paralisá-los.)

De outro lado, eles precisam aprovar uma série de projetos de lei remetidos ao Congresso pelo governo, tratando de matérias econômicas e financeiras e que obrigatoriamente devem estar prontos até o final do ano. É o caso, entre outros, do projeto que altera a cobrança do Imposto de Renda no próximo ano e, em especial, o projeto de lei do Orçamento Geral da União para 1989. Aliás, será durante a discussão e votação do projeto orçamentário — cujo início está previsto para hoje — que os ilustres deputados e senadores terão oportunidade de mostrar se estão preparados mesmo para cumprir suas novas funções.

Como já comentamos em vários editoriais — o último ontem —, a proposta do governo para o orçamento de 1989 está muito longe de atender as necessidades de aplicação de uma política de austeridade no setor público capaz de cortar de vez o crônico processo inflacionário brasileiro. Por injunções políticas, os ministros da Fazenda e do Planejamento foram, mais uma vez, obrigados a concentrar os esforços de redução do déficit público mais do lado da receita do que do lado da despesa. Ou seja, mais uma vez, a conta dos desarranjos da área estatal vai ser paga, em sua maior parte, pela sociedade.

De qualquer forma, com o que conseguiram salvar de seus planos iniciais, os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu embutiram no orçamento e no plano de ajuste fiscal algum sacrifício para a área estatal e aqueles que gravitam em torno dela, como os políticos. Caso típico foi a eliminação das verbas de que os políticos dispunham para distribuir para entidades beneficentes, utilizadas quase totalmente com fins político-eleitorais. Foi o caso, também, dos cortes de uns poucos subsídios, evidentemente muito menos do que o desejável. Foi ainda, por fim, a determinação de obrigar os governos estaduais e municipais a pagarem 25% de suas dívidas externas que vencerem no próximo ano. É muito pouco no conjunto, mas de qualquer forma é melhor do que nada. É vital para que se possa atingir a meta de zerar o déficit público em 1989, quem sabe até conseguir um pequeno superávit de 0,07% do PIB. É vital para evitar a hiperinflação.

Antes das eleições, muitos parlamentares já haviam apresentado emendas restabelecendo as verbas de caráter beneficente. O corte nos subsídios foi muito mais magro do que o esperado e do que o necessário porque o governo sabia que não conseguiria aprovar propostas que atingissem certos interesses já estabelecidos, em especial nas bancadas do Norte e Nordeste, interessadas em preservar totalmente o dinheiro que vai para a Sudam e a Sudene e nem sempre é bem usado. Alguns órgãos públicos, como a Embrater, por exemplo, que tiveram suas verbas bastante reduzidas, estão tendo esses valores recompostos em emendas de congressistas, por pressões vindas diretamente da poderosa burocracia estatal.

Deputados e senadores precisam repensar suas atitudes — e a votação do orçamento será o grande teste — a partir dos resultados das urnas de 15 de novembro que representaram, antes de tudo, uma condenação à forma de administrar e fazer política vigente hoje no Brasil. Eles precisam ter a consciência de que a maioria do Congresso Nacional e os Executivos federal e estaduais perderam o resto de legitimidade que carregavam. Foram reprovados nas urnas, já não representam a vontade da maioria dos brasileiros, que preferiu votar em seus adversários.

E, se não podem reconquistar essa legitimidade a não ser numa próxima eleição, que pelo menos tentem reconquistar o respeito da sociedade, mudando o tipo de conduta que o eleitorado condenou de forma tão insofismável.